



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

TERMO DE REFERÊNCIA Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 048/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus para a manutenção da frota municipal, nos termos da tabela abaixo, e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lotes	Itens	Produto/Especificação	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Lote 01	LOTE PARA MÁQUINAS					
	01	Pneus 19,5L-24 TL, para uso em retro escavadeiras , em trabalhos de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações, que tenha borracha especialmente projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e auto limpeza. Com Certificado do INMETRO e Garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).	UNIDADE	06	2.889,63	17.337,78
	02	Pneus 12-16,5 N H S PR12 TL, para uso em retro escavadeiras , em trabalhos de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações, que tenha borracha especialmente projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e auto limpeza. Com Certificado do INMETRO e Garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).	UNIDADE	06	1.472,33	8.833,98
	03	Pneus 12/4-24 TL, para uso em retro escavadeiras , em trabalhos de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações. Que tenha borracha especialmente projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e auto limpeza. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	04	1.754,38	7.017,52
	04	Pneus 18/4-30 TL, para uso em retro escavadeiras , em trabalhos de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações, que tenha borracha especialmente	UNIDADE	06	2.512,66	15.075,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

		projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e auto limpeza. Com Certificado do INMETRO e Garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).				
	05	Pneus 14.00/24 12 LONAS G2 L2 TL SEM CAMARA, para uso em motoniveladora, em pás carregadeiras e Retroescavadeiras , em trabalho de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações, que tenha borracha especialmente projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e autolimpeza, com certificado INMETRO, e garantia do fabricante contra defeitos de fabricação. (Igual, similar ou Superior a Marca Pirelli)	UNIDADE	30	2.836,38	85.091,40
	06	Pneus 17,5/25 16LONA TL SEM CAMARA, para uso em motoniveladora, em pás carregadeiras e Retroescavadeiras , em trabalho de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações, que tenha borracha especialmente projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e autolimpeza, com certificado INMETRO, e garantia do fabricante contra defeitos de fabricação. (Igual, similar ou superior à marca PIRELLI)	UNIDADE	20	2.304,33	46.086,60
	07	Pneus 17,5/25 L3 16 LONA TT para uso com camara de ar em motoniveladora, em pás carregadeiras e Retroescavadeiras , em trabalho de nivelamento e carregamento, que tenha estrutura diagonal com elevada resistência a impactos, cortes e lacerações, que tenha borracha especialmente projetada para as aplicações de nivelamento e carregamento e que sua banda de rodagem seja diferenciada para proporcionar excelente tração e autolimpeza, com certificado INMETRO, e garantia do fabricante contra defeitos de fabricação. (Igual, similar ou superior à marca PIRELLI)	UNIDADE	20	2.591,24	51.824,80
	08	Pneu 750x16 Agrícola	UNIDADE	08	890,80	7.126,40
Valor total do lote 01						238.394,44
Lote 02	LOTE PARA VEÍCULOS TIPO PASSEIO, UTILITÁRIOS E MOTOS					
	09	Pneus 175/70R14 88T, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A. Que ofereça estabilidade e precisão na direção e boa	UNIDADE	80	397,84	31.827,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

		aderencia, mesmo com carga plena e em condições de chuva e menos ruído no interior do veículo. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).				
10		Pneus 175/70R14 88T ATR Possui excelente rendimento quilométrico, menor nível de ruído (até 12% menor em relação ao antecessor). Ótimo desempenho em empregos off-road (terra, barro, areia, pedras) com ótima performance no molhado (dirigibilidade, frenagem e resistência a aquaplanagem), e proteção da roda contra impactos e detalonamento. . (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	40	421,77	16.870,80
11		Pneus 175/70R13 82 T, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A. Que ofereça estabilidade e precisão na direção e boa aderência, mesmo com carga plena e em condições de Chuva e menos ruído no interior do veículo. (Igual, similar ou Superior a Marca PIRELLI).	UNIDADE	60	350,05	21.003,00
12		Pneus 175/65R14 82T, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A. Que ofereça estabilidade e precisão na direção e boa aderencia, mesmo com carga plena e em condições de chuva e menos ruído no interior do veículo. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	20	399,61	7.992,20
13		Pneus 185/65 R15 88H, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A. Que ofereça estabilidade e precisão na direção e boa aderencia, mesmo com carga plena e em condições de chuva e menos ruído no interior do veículo. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	60	525,66	31.539,60
14		Pneu para Veículo, 185/70R14 88H	UNIDADE	12	492,80	5.913,60
15		Pneus 185R 14C 102R, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A, que proporcione ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região do ombros para suportar maior carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	30	484,77	14.543,10
16		Pneu para Veículo 195/55R16 87V	UNIDADE	12	490,12	5.881,44
17		Pneu para Veículo, 205/60R16 92HM+S ATR	UNIDADE	16	512,20	8.195,20
18		Pneu para Veículo, 205.65R 15 91T	UNIDADE	12	644,67	7.736,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. Nº: 048/2026
Ass: _____

19	Pneu para Veículo, 205/70R15 (106/104) R LONAS CARGA	UNIDADE	20	800,33	16.006,60
20	Pneus 225/70 R 15C 112/110S, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A , que proporciona ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região dos ombros para suportar maior Carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	30	665,06	19.951,80
21	Pneu para Veículo 225/65R16 C(112/110R)	UNIDADE	60	618,68	37.120,80
22	Pneu para Veículo 205/75R16C(110/108R)	UNIDADE	30	593,48	17.804,40
23	Pneus 225/75R16C (118/116)R, Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A , que proporcione ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região dos ombros para suportar maior carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	30	565,00	16.950,00
24	Pneu para veículo 215/75R16 C.116/114r.76 PSI	UNIDADE	30	522,25	15.667,50
25	Pneu 185/65R14 88H Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A , que proporcione ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região do ombros para suportar maior carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	22	659,08	14.499,76
26	Pneu 255/70R16 111H M+S Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A , que proporcione ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região do ombros para suportar maior carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	16	1.049,23	16.787,68
27	Pneu 185/60R15 88H Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A , que proporcione ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região do ombros para suportar maior carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	20	571,99	11.439,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

28	Pneu 215/65R16 102H M+S Treadwear acima de 420, tração A e temperatura A , que proporcione ótimo desempenho em todas as condições de uso e carga e possa garantir melhor proteção lateral contra impactos em meio fio e que tenha desenho contínuo na região dos ombros para suportar maior carga. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	30	757,60	22.728,00
29	Pneu 195/65R15 91H	UNIDADE	12	614,52	7.374,24
30	Pneu 90/90-21 48T para motos dianteiro	UNIDADE	06	334,25	2.005,50
31	Pneu 120/80-18 62t para motos traseiro	UNIDADE	06	330,99	1.985,94

Valor total do lote 02					351.824,20
-------------------------------	--	--	--	--	------------

LOTE 03	LOTE PARA VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, MICROÔNIBUS E CAMINHÕES					
	32	Pneu para Veículo, 215/75R 17.5 126/124K MISTO TERRA/ASFALTO Destinado a equipar todos os eixos de veículos comerciais leves que transitam em percursos mistos (asfalto/terra). Além de oferecer uma maior tração ao veículo, o modelo também possui características de auto limpeza, uma vantagem a mais para os caminhões leves e micro-ônibus utilizados em percursos como subúrbios de grandes cidades e zonas rurais com estradas de terra ou mal pavimentadas.	UNIDADE	80	762,17	60.973,60
	33	Pneu para Veículo, 215/75R 17.5 (126/124) M. RODOVIÁRIO	UNIDADE	60	714,42	42.865,20
	34	Pneus BORRACHUDO 275/80 R 22,5 TL 149/146 M. M+S para equipar eixo de tração em veículos que trafegam em percursos mistos de asfalto e terra, com canteiros de obras e que tenha ombros com blocos robustos e sulcos com paredes transversais com banda de rodagem mais larga e sulcos mais profundos. Com Certificado do INMETRO, e garantia do fabricante contra defeitos de fabricação. (Igual, similar ou Superior a Marca PIRELLI)	UNIDADE	80	1.763,66	141.092,80
	35	Pneus Misto 275/80 R 22,5 TL 149/146 L, M + S PARA USO TERRA/ASFALTO, para equipar eixos direcionais e livres em veículos de uso misto, que tenha os sulcos com paredes zig-zag para maximizar a aderência em qualquer superfície e com maior profundidade dos sulcos, com Certificado do INMETRO, e garantia do fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a Marca PIRELLI).	UNIDADE	60	2.219,00	133.140,00
	36	Pneus de veículo, 275/80 R22.5 149/146K, Borrachudo Sulcos profundos que proporcionam excelente rendimento quilométrico e ótima tração. Composto resistente a cortes e	UNIDADE	50	2.684,17	134.208,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

		perfurações. Desgaste regular durante toda a vida, carcaça reforçada.				
37		Pneu para Veículo, 700x16 (113/112)L	UNIDADE	40	1.020,33	40.813,20
38		Pneus Misto 7.50x16 TL 121/120L , que tenha os sulcos com perfil de contorno arredondado para evitar a retenção de pedras e que possa proteger melhor a carcaça e que tenha maior resistência a impactos e deformações. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).	UNIDADE	80	775,00	62.000,00
39		Pneus MISTO 10.00R20 TT 146/143K, radial 16 Lonas , para equipar veículos com eixo direcionais e livres que trafegam em percursos misto de asfalto e terra, como canteiro de obras e que tenha os sulcos com paredes Zig- Zag para maximizar a aderência em qualquer superfície e com maior profundidade dos sulcos. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).	UNIDADE	30	2.862,57	85.877,10
40		Pneus BORRACHUDO 10.00R20 TT146/143K, Radial 16 Lonas , para equipar eixo de Tração em veículos que trafegam em percursos mistos de asfalto e terra, como canteiro de obras e que tenha ombros com blocos robustos e sulcos com paredes transversais com banda de rodagem mais larga e sulcos mais profundos. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou superior a PIRELLI).	UNIDADE	25	2.761,33	69.033,25
41		Pneus 10.00R20 TT 146/143 L , que possua ombros arredondados que permitem maior resistência ao arraste lateral, evitando danificação da banda de rodagem ou quebra dos ombros, que tenham sulcos com paredes reversas, para garantir o escoamento de água e manter as características de aderência na medida em que o pneu se desgasta. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).	UNIDADE	25	2.107,40	52.685,00
42		Pneus 235/75 R17,5 TL 126/124M , que tenha interligação dos ombros para promover melhor distribuição da pressão de contato, possibilitando uniformização do desgaste para maior proteção da carcaça. Com Certificado do INMETRO e garantia do Fabricante contra defeitos de Fabricação. (Igual, similar ou Superior a PIRELLI).	UNIDADE	30	1.064,08	31.922,40
Valor total do lote 03						854.611,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

1.2. Os itens propostos devem possuir Certificação do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), prazo de garantia de cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança; prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega; certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, tendo em vista este instrumento de governança ainda não foi elaborado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessas parceladas conforme necessidade do município.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Presidente Kennedy, nº 29, Centro, Nova União - MG, CEP 34.990, Nova União – MG, podendo posteriormente ser indicado antecipadamente novo local de entrega dentro do município de Nova União.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), como também o informado no subitem 1.2 deste termo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **X30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1 o prazo de validade;
- 8.10.2 a data da emissão;
- 8.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5 o valor a pagar; e
- 8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.13.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/04/2026.

8.25. Após o interregno de um ano, a pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.26. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.27. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.28. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

8.29. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.31. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidão ou atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.24.1 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 048/2026
Ass: _____

deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.25. Certificado de regularidade do IBAMA em nome do fabricante ou do importador, nos termos da Resolução Conama n.º 416/2009.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O estimado total da contratação é de **R\$ 1.444.829,69** (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos), conforme estimativa apostos na tabela contida no item 1.1. acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nova União, 16 de junho de 2026.

Dehon de Oliveira Borges

Secretário de Transportes e Indústrias